

ACTA Nº 24

Ao oitavo dia do mês de outubro de dois mil e catorze, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Esta reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Balanço do início do ano letivo;
3. Transição dos planos de estudos;
4. Sistema de garantia da qualidade;
5. Calendário de frequências e exames;
6. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Rosário Correia; João Rosário; Carla Medeiros; Paula Nobre; António Belo; Maria José Mata; Ricardo Rodrigues; Paulo Barbosa; Jorge Veríssimo; Maria João Centeno; Filipa Subtil; Filipe Montargil; Ana Constantino; Filipe Quirino; Bruno Cozetti; e Gonçalo Coelho.

Não estiveram presentes Ana Raposo; Flávia Brito; Tiago Nascimento e Mariana Pereira, que justificaram a sua falta, e Inês Lopes; Rafael Pinto; Beatriz Penha da Silva; João Sousa; Rita Lage e Francisco Teixeira, que não justificaram a sua falta.

Relativamente à ordem de trabalhos o presidente começou por pedir autorização para incluir um ponto sobre as eleições dos representantes do corpo discente de modo a que se pudesse desencadear o processo eleitoral.

1. Informações
2. Eleições dos representantes do corpo discente;
3. Balanço do início do ano letivo;
4. Transição dos planos de estudos;
5. Sistema de garantia da qualidade;
6. Calendário de frequências e exames;
7. Assuntos supervenientes

Relativamente ao ponto de informações o Presidente referiu que tinha finalizado de manhã a visita da comissão de avaliação da A3ES que veio avaliar o sistema de garantia da qualidade do IPL. Embora não houvesse uma decisão final sobre a acreditação do sistema a percepção geral transmitida pela CAE da A3ES foi globalmente positiva.

O Presidente aproveitou para agradecer, quer como Presidente do Pedagógico, quer como membro do GGQ do IPL, a colaboração de todos os envolvidos neste procedimento.

O conselheiro Jorge Veríssimo, enquanto Presidente da Escola, agradeceu também o apoio de todos e relevou o papel que a ESCS tem tido no sistema de garantia da qualidade do IPL.

Não havendo mais informações passou-se ao segundo ponto, tendo o Presidente apresentado a proposta de edital para as eleições dos representantes do corpo discente (em Anexo) que preveem a entrega de listas até dia 3 de novembro e a realização do ato eleitoral a 11 de novembro. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos foi pedido a cada um dos representantes dos cursos que referisse como foi o arranque dos respetivos cursos.

A conselheira Paula Nobre referiu que no caso da licenciatura de RPCE correu tudo bem, apenas houve algumas dúvidas sobre se alunos com UC em atraso as podiam fazer no plano antigo ou no plano novo.

Igual situação foi descrita pelos conselheiros Maria José Mata, Rosário Correia e Ricardo Rodrigues relativamente às restantes licenciaturas.

No caso dos mestrados o ano letivo também se iniciou normalmente. O Conselheiro Filipe Montargil assinalou que no mestrado de AM fizeram, pela primeira vez, entrevistas o que lhes permitiu conhecer o grupo e fazer análises que a candidatura documental não permitia.

A conselheira Filipa Subtil referiu que tem duas turmas de Sociologia da Comunicação com 20 alunos e uma terceira turma com excesso de alunos, questionando porque é que o número total de alunos inscritos não está corretamente distribuídos pelas 3 turmas. O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que tal se devia a limitações no procedimento de matrícula e que a resolução deste problema poderia levar a situações injustas.

Relativamente ao futuro foi sugerido que o número de vagas iniciais em cada turma fosse corrigido com base nos números deste ano.

O conselheiro Jorge Veríssimo apresentou os números de acesso do ano lectivo 2014/2015, destacando: aumento do índice de satisfação de procura (mais alunos em 1ª opção); o curso de AM foi o que mais cresceu significativamente, o curso de PM tem 75% de alunos colocados em 1ª opção.

Nos mestrados a 1ª fase correu de modo algo insatisfatório, à exceção de PM, que preencheu nesta fase todas as vagas. Na segunda fase as vagas foram todas preenchidas para AM e Jornalismo, que ficaram inclusive com

candidatos suplentes, em GERP ficaram muito poucas vagas por preencher. Também a Pós-Graduação teve grande afluência, foram preenchidas 28 das 30 vagas disponíveis.

No quarto ponto da ordem de trabalhos o Presidente referiu que no início do ano letivo houve algumas dúvidas relativas ao modo como os alunos com UC do 1º ano poderiam fazer a avaliação, tendo-se esclarecido que no caso das UC que continuam em funcionamento no novo plano de estudos poderiam fazer a avaliação normal dessa UC, no caso das UC que não estão em funcionamento no novo plano de estudos apenas poderiam fazer a avaliação por exame.

Foi também levantada a questão de qual o prazo que os estudantes teriam para realizar as UC do plano antigo, o Presidente esclareceu que não havia prazo específico, enquanto houvesse estudantes desse plano teria de haver sempre avaliações.

Foi também referido o caso de Análise Económica que, continuando no novo plano de estudos, funciona, contudo noutro semestre e noutro curso. A possibilidade dos alunos com esta UC em atraso a frequentarem noutro curso poderá ficar dependente da capacidade das turmas receberem mais alunos.

Relativamente ao quinto ponto da ordem de trabalhos o Presidente referiu que se estava a cumprir o calendário definido para a avaliação do ano letivo 2013-2014, procedendo-se nesta altura à elaboração dos relatórios de curso e que no mês de novembro seria então feito o relatório global da Escola.

No que diz respeito à avaliação do presente ano letivo foi já lançado o inquérito aos novos alunos, este inquérito foi enviado por e-mail a 361 alunos e já responderam até ao momento 198.

O Presidente sugeriu que o relatório sobre os resultados deste inquérito incluísse uma primeira parte sobre os dados do acesso aos cursos.

No sexto ponto da ordem de trabalhos foi apresentada a proposta de calendário de frequências e explicados os critérios preferenciais inerentes à sua elaboração: na época normal seriam primeiro as datas para as UC com avaliação periódica ou por exame; na época de recurso seriam primeiro as datas para as UC com avaliação contínua; na época especial seriam primeiro as datas para as UC com maiores taxas de reprovação em anos anteriores.

Vários conselheiros intervieram apresentando algumas sugestões de melhoria e correções. O Presidente propôs que os conselheiros pudessem enviar sugestões de melhoria e/ou correções até dia 15 e que o Conselho delegasse no seu Presidente a redação final do calendário, que será anexada a esta ata.

No último ponto da ordem de trabalhos o Presidente referiu a necessidade de acrescentar um prazo para o pedido de revisão de provas, pois este está omissa no regulamento de frequência e avaliação. Assim foi proposto que o ponto 2 do artigo 6º deste regulamento passasse a ter a seguinte redação:

2. O pedido de revisão é efetuado nos SA até 10 dias após a publicação da classificação. Após o pedido será fornecida ao aluno no prazo máximo de três dias úteis cópia da prova, tendo este até dois dias úteis para entregar a fundamentação do pedido de revisão de provas. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

A Conselheira Rosário Correia referiu a necessidade da pós-graduação ter também um regulamento de frequência e avaliação. Foi aprovado por

unanimidade que este regulamento fosse similar ao dos mestrados com as necessárias adaptações. Este regulamento será anexado a esta ata.

O presidente referiu a necessidade de alterar outros regulamentos que estão já em funcionamento há mais de dois anos letivos. Foi decidido que António Belo e Jorge Veríssimo trariam uma proposta de alteração dos regulamentos de creditação de competências académicas e não académicas. Foi também sugerida a necessidade de se elaborar um guia de procedimentos para os candidatos aos diversos regimes de acesso à ESCS, os conselheiros Paulo Barbosa e Ricardo Rodrigues serão responsáveis por apresentar ao conselho uma proposta para este documento.

O Conselheiro Bruno Cozetti referiu na licenciatura de Jornalismo alguns problemas de adaptação de um docente às UC que passou a lecionar solicitando que este assunto pudesse ser analisado.

A Conselheira Maria José Mata referiu que, enquanto diretora da licenciatura de jornalismo, desconhecia essa situação pois nunca lhe tinha sido comunicada, mas que esta iria ser analisada.

Não havendo assuntos supervenientes a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 8 de outubro de 2014

O PRESIDENTE CONSELHO PEDAGÓGICO

(António José da Cruz Belo)